

Em busca de uma boa idéia

**José Fernando
da Costa Boucinhas ***

Primeiro foi o *efeito Orloff*: o Brasil daqui a seis meses será a Argentina hoje. Depois, pessoas com mentes mais sofisticadas ou com mais tempo disponível descolaram o *efeito Campari*: o Brasil daqui a dez anos será a Itália de hoje. Para o brasileiro médio, sem recursos para viagens internacionais ou libações sofisticadas, resta a esperança do *efeito 51*, ou seja, que nossos futuros dirigentes sejam acometidos de uma boa idéia para enfrentar a crise brasileira.

Não há dúvida que as coincidências observadas entre os índices de inflação na Argentina e no Brasil, principalmente após a sucessão de medidas econômicas nos dois países, sugerem a antevisão de choques na economia brasileira. Já considerar a atual dimensão da economia subterrânea no Brasil correlacionando-a com a italiana, de forma a prever uma acelerada expansão futura da nossa economia, e no máximo um exercício de pensamento positivo.

Talvez os próprios argentinos devam também esperar por esta benesse, visto que lá a economia subterrânea é ainda maior que a brasileira. Ao invés de esperarmos passivamente pelo *efeito Campari*, talvez devamos redobrar nossos esforços para encontrar a versão *tupiniquim* de Dom Camilo e Pepone. Na verdade, não será na Itália, na Argentina, na Bolívia ou em Israel que encontraremos a inspiração necessária para a solução de nossos problemas.

Lamentavelmente, observadas as posições dos postulantes à Presidência da República, até agora apresentadas, parece que ainda estamos longe de algum programa lógico e consistente de governo que possa conduzir nosso sofrido país à retomada segura do desenvolvimento. O que ouvimos dos presidenciáveis são alguns

simpáticos refrões do tipo: "Vou aplicar um choque de capitalismo" (como se não estivéssemos todos traumatizados com tantos choques recentes), ou "Vou caçar os sibaritas", ou "É preciso acabar com a miséria" (como se alguém fosse a favor dela), ou ainda outros, mais herméticos, do tipo "É preciso promover a desprivatização do Estado brasileiro".

Todos eles, apesar de pomposos enquanto chavões, são absolutamente vazios como indicadores de diretrizes de ação governamental. Como traço comum da maioria dos candidatos, está a idéia de que parte da crise decorre da fragilidade do Estado face à sociedade. E, implicitamente, acena-se com o aumento dos impostos como meio de recuperação na nossa tão eficiente e desprotegida máquina governamental.

Esta insinuação recebe solidariedade técnica quando ouvimos de autoridades fazendárias, coadjuvadas por alguns tributaristas, que "a carga tributária no país é baixa". Outro dia, um consultor fiscal disse, num programa de televisão, corroborando este ponto de vista, que, enquanto a carga tributária na Suécia é de 52% do PIB, no Brasil ela é de apenas 22%. A primeira vista, uma conclusão chocante e muito útil para uso em campanha política, mas totalmente desprovida de lógica, pois a renda *per capita* na Suécia é superior a US\$ 15 mil, enquanto no Brasil mal alcança os US\$ 2 mil. Imaginemos que a mesma carga tributária se abatesse sobre o brasileiro médio: sobraria a incrível quantia de US\$ 80 por mês para que ele pudesse gastar como bem entendesse.

Na verdade, gostaria de ouvir o seguinte: a carga tributária direta e indireta no Brasil é elevadíssima e injusta. A tal ponto elevada que empurra inúmeras empresas e cidadãos honestos para a clandestinidade econômica. Sem contar o fato de que a massa de recursos que o governo confisca da economia é utilizada primor-

dialmente para manter a estrutura burocrática e esconder suas ineficiências.

Sou de opinião que um projeto criativo para o país deverá incluir uma substantiva redução na carga tributária nominal visando não somente elevar a arrecadação de impostos, pela redução da economia informal e a expansão do nível de atividade, como também contribuir para uma redução das pressões inflacionárias.

Infelizmente, até agora, não tomei conhecimento de nenhum programa de governo que exponha claramente como se pretende debelar a inflação (que deve ser o primeiro passo de qualquer proposta de governo sério), quais os sacrifícios que terão de ser enfrentados para conseguir isso e como se pretende retomar o crescimento da economia. Tal omissão é explicável, dado os hábitos políticos no Brasil, pois a retomada do crescimento pressupõe a erradicação da inflação e o redimensionamento do Estado.

Esta realidade ninguém se dispõe a encarar de frente, seja por razões ideológicas, como é o caso daqueles que têm a Nicarágua como paradigma, seja por interesses políticos, que visam manter currais eleitorais sob domínio, o que é grandemente facilitado pelo uso da máquina governamental para a distribuição de favores. Em síntese, o que nós, cidadãos comuns, queremos é um projeto viável de reconstrução do país ao qual possamos aderir, pois deste processo seremos participes.

Todos estamos cansados de frases vazias, de promessas mirabolantes e de líderes carismáticos. Ao completar uma década de estagnação, todos esperamos por uma proposta verdadeira e realista de saída para a crise a qual possamos aderir. Enfim, o *efeito 51*.

José Fernando da Costa Boucinhas é sócio-diretor da Boucinhas, Campos & Claro S.C. Auditores Independentes